

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As nossas acionistas e clientes:
Submetemos à apreciação de V. Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012.
O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS - Em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)					
ATIVO	Nota explicativa nº	2013	2012	PASSIVO	Nota explicativa nº
Circulante		12.994.800	13.147.860	Circulante	
Disponibilidades	3.254	136.704	136.704	Depósitos	(10)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.883.146	4.376.735	5.883.146	Depósitos à vista	
Aplicações em títulos interfinanceiros	2.703.784	587.839	2.703.784	Depósitos em instituições financeiras	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.807.260	3.685.719	2.807.260	Depósitos a prazo	
Aplicações em moedas estrangeiras	37.122	123.263	37.122	Depósitos em moeda estrangeira	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	2.830.663	4.243.707	Depósitos em mercado aberto	
Carteira própria	1.494.098	2.300.696	1.494.098	Carteira própria	
Carteiras de compromisso de recompra	91.986	1.177.223	91.986	Carteiras de terceiros	
Vinculados à prestação de garantias	170.370	100.790	170.370	Recursos de acetes e emissão de títulos	
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	367.782	31.566	367.782	Obrigações por emissão de letras financeiras	
Instrumentos financeiros derivativos	598.860	633.432	598.860	Obrigações por emissão de crédito de agenciamento	
Relações interfinanceiras	59.442	1.453	59.442	Relações interfinanceiras	
Operações e recebimentos a liquidar	17	16	17	Recebimentos e pagamentos a liquidar	
Créditos vinculados - depósitos no BACEN	59.425	1.453	59.425	Relações interfinanceiras	
Operações de crédito	(7)	281.158	266.562	Recursos em trânsito de terceiros	
Sator	1.214.564	272.651	1.214.564	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(10.487)	(6.039)	(10.487)	Empréstimos no exterior	
Operações de arrendamento mercantil				Repasses do país	
Arrendamentos a receber	202.503	179.055	202.503	Repasses do exterior	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	3.955.680	4.112.726	3.955.680	Instrumentos financeiros derivativos	(4)
Outros créditos	3.808.150	3.945.476	3.808.150	Outras obrigações	
Carteira de câmbio	29.657	25.287	29.657	Letras Financeiras do Tesouro - LFT	
Rendas a receber	3.736	505	3.736	Letras do Tesouro Nacional - LTN	
Negociação e intermediação de valores	136.627	162.831	136.627	Notas do Tesouro Nacional - NTN	
Diversos	(22.490)	(21.373)	(22.490)	Outros valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	
Provisão para outros créditos liquidação duvidosa	1.465	1.663	1.465	Depósitos	(10)
Outros valores e bens	3.959.654	2.612.668	3.959.654	Depósitos em instituições financeiras	
Despesas antecipadas	831.277	1.404.927	831.277	Depósitos a prazo	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.266.456	177.761	1.266.456	Depósitos interfinanceiros	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	173.672	794	173.672	Depósitos em moeda estrangeira	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	208.987	239	208.987	Carteira de livre movimentação	
Carteira própria	91.106	-	91.106	Recursos de acetes e emissão de títulos	
Carteiras de compromisso de recompra	673.091	176.728	673.091	Obrigações por emissão de letras financeiras	
Vinculados à prestação de garantias	119.768	91.411	119.768	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)
Instrumentos financeiros derivativos	119.768	91.411	119.768	Repasses do país	
Operações de arrendamento mercantil	226.813	329.936	226.813	Repasses do exterior	
Arrendamentos a receber	(226.813)	(329.936)	(226.813)	Repasses do exterior	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	18.686	18.686	18.686	Instrumentos financeiros derivativos	(4)
Outros créditos	1.336.265	2.028.092	1.336.265	Instrumentos financeiros derivativos	
Carteira de câmbio	2.950	604	2.950	Outras obrigações	
Rendas a receber	402.208	328.365	402.208	Letras Financeiras do Tesouro - LFT	
Outros valores e bens	730	88	730	Letras do Tesouro Nacional - LTN	
Despesas antecipadas	416.454	461.024	416.454	Notas do Tesouro Nacional - NTN	
Investimentos	23.592	23.087	23.592	Cotas de Fundos de Investimento (*)	
Participação em controlada no País	18.047	18.594	18.047	Subtotal do ativo	
Outros investimentos	5.545	4.493	5.545	Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	
Imobilizado de uso	18.686	18.686	18.686	Operações de opções	
Outras imobilizações de uso	41.175	40.329	41.175	Operações a termo	
Depreciações acumuladas	(25.783)	(21.643)	(25.783)	Operações de "swap"	
Imobilizado de arrendamento	375.485	417.378	375.485	Diversos a receber/pagar	
Bens arrendados	474.250	488.097	474.250	Warrant	
Depreciações acumuladas	(86.765)	(70.719)	(86.765)	Diversos a receber/pagar	
Diferido	107	-	107	Operações de opção	
Gastos de organização e expansão	13.139	13.139	13.139	Operações com Futuro	
Amortização acumulada	(13.091)	(13.035)	(13.091)	Operações com Futuro	
Destinações	3.506	2.702	3.506	Operações com Futuro	
Ativos intangíveis	3.506	2.702	3.506	Operações com Futuro	
Amortização acumulada	(1.569)	(949)	(1.569)	Operações com Futuro	
TOTAL		17.370.916	16.221.552	TOTAL	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	506.188	78.167	88.455	493.398	2.901	1.169.109	
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	(11.769)	(11.769)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	69.396	69.396	
Destinações:							
Reserva legal	-	78.167	2.502	-	-	(2.502)	
Aumento de capital	584.355	-	90.957	493.398	(8.868)	66.884	
Saldo em 30 de Junho 2012	584.355	60.000	97.845	544.746	(5.090)	1.281.856	
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	13.006	13.006	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	69.704	69.704	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.764	-	-	(1.764)	
Saldo em 30 de Junho 2013	584.355	60.000	544.746	7.916	214.900	1.384.566	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizada a desenvolver suas operações por meio das cartilhas comerciais, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento. As demonstrações contábeis elaboradas para o período findo em 30 de junho de 2013, foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 15 de Agosto de 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas pelo Banco e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.941/09 normalizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As demonstrações financeiras refletem as demonstrações financeiras estimativas e adote pressupostos que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório. O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valor justo, mensuração de valor recuperável de ativos, reconhecimento e avaliação de instrumentos financeiros, bem como o julgamento da Administração em relação a eventos futuros, a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais e/ou desses eventos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN. No 1º semestre de 2013 o BACEN não aprovou mais nenhum pronunciamento CPC.

A adoção desses pronunciamentos não gerou impacto no Banco.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apreciação do resultado
As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computadas sobre os ativos e passivos indexados. Nas operações de arrendamento mercantil, o apuro pelo regime de competência e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela Administração, são refletidas no resultado com o impacto da administração em utilitas, ou como instrumento de proteção "hedged" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.
- As despesas de arrendamento mercantil, são compostas pelas operações de "swap", a termo, opções e futuros são contabilizadas de acordo com os seguintes critérios:
- Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.
- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do momento do contrato, reconhecido nas receitas e despesas em razão da flutuação do prazo dos contratos até a data do balanço.
- Operações com opções - os prémios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício.
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente como demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedged" de acordo com sua natureza:

- "Hedged" de risco de mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedged". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizadas e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
- "Hedged" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedged" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizadas e não realizados, reconhecidos quando aplicado, dos efeitos tributários, reconhecidos em Conta específica de reserva no patrimônio líquido.
- A parcela não efetiva de "hedged" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto, está demonstrado na nota 4.

b) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são mensuradas com base no indexador e na taxa de juros contratada, calculadas "pro rata" até a data do balanço.

As rendas das operações de crédito recebidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/09 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em novo nível, sendo AA (risco mínimo) e E (perda).

As operações de crédito são classificadas em função da natureza dessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa nº	2013	2012
Receitas da intermediação financeira		719.926	665.721
Operações de crédito		16.433	17.229
Operações de arrendamento mercantil		24.847	25.804
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		515.458	545.237
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		13.477	(84.740)
Captações no mercado aberto		151.914	112.091
Despesas da intermediação financeira		(478.056)	(448.531)
Operações de captação no mercado		(283.258)	(311.205)
Operações de empréstimos e repasses		(198.940)	(122.069)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	4.132	(15.167)
Resultado bruto da intermediação financeira		241.860	217.190
Outras receitas (despesas) operacionais		(76.039)	(83.753)
Receitas de prestação de serviços		79.771	58.647
Despesas de pessoal		(73.584)	(79.590)
Resultado de participação em controlada	(9)	6.737	7.268
Outras despesas administrativas		(44.921)	(42.883)
Operações a termo		(11.693)	(17.273)
Outras receitas operacionais	(18)	7.554	13.335
Outras despesas operacionais	(18)	(34.323)	(28.921)
Resultado não operacional		165.821	153.457
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		165.456	133.020
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(40.009)	(42.821)
Provisão para imposto de renda		(27.208)	(5.074)
Provisão para contribuição social		(18.132)	(6.280)
Ativo fiscal diferido		5.131	(31.857)
Participações em controladas		(62.743)	(60.755)
Lucro líquido de controle		89.704	79.698
Lucro líquido por ação - em R\$		537,70	415,91

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	164.971	95.996
Lucro líquido	89.704	69.396
Depreciações e amortizações	2.935	2.881
Depreciação de bens arrendados	67.405	65.413
Superveniência de depreciação	(11.861)	(2.076)
Resultado de participação em controlada	(6.737)	(7.268)
Operações em títulos e derivativos para negociação	(69.809)	(69.809)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.132)	15.167
Provisão para fianças	(1.730)	(2.652)
Aumento (Redução) em negociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra o agente de mercado necessário.	3.776	9.491
Tributos diferidos	(5.131)	31.857
Participações nos lucros e bônus	24.758	25.329
Provisões - outras	928	420
- Receitas de prestação de serviços não recebidas	(2.458)	(3.277)
- Variação de ativo e obrigações	(1.057.201)	(66.325)
- Aumento (Redução) em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.086.405	(98.667)
- (Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	392.766	1.063.481
- (Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(53.024)	2.468
- Aumento (Redução) em relações interfinanceiras	4.316	4.316
- Aumento (Redução) em depósitos	(421.900)	(348.274)
- Aumento (Redução) em depósitos em instituições financeiras	(1.084)	(697)
- (Aumento) Redução de imobilizado de arrendamento	69.690	(88.248)
- Aumento (Redução) em depósitos	(581.770)	322.163
- Aumento (Redução) em depósitos em instituições financeiras	(11.152.024)	(1.115.024)
- Aumento (Redução) em recursos de acetes e emissão de títulos	381.758	7.439
- Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.329.546)	495.990
- Aumento (Redução) em depósitos em instituições financeiras e estatutárias	(29.200.720)	(24.405)
- Aumento (Redução) em outras obrigações	408.340	171.950
- Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	315	(669)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(932.230)	29.661

	2013	2012
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aquisição) Alienação de investimentos	12.029	11.173
Ajuste de avaliação de ativos e passivos	(1.146)	(2.086)
(Aquisição) Alienação de imóveis de uso	15	499
(Aquisição) Alienação de diferido	15	499
(Aquisição) Alienação de intangível	12.241	63
(Aquisição) Alienação de coligações e controladas	12.241	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	23.256	9.101

	2013	2012
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Diversidade paga e juros sobre capital próprio	(87.605)	-
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	15.200	20.207
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(71.825)	23.207

	2013	2012
Variação de caixa e equivalente de caixa	(980.799)	61.969
No início do período	4.654.331	2.083.036
No fim do período	3.673.532	2.145.005
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(980.799)	61.969

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)</



(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas Brasil estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição		2013		2012	
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Depósito em moeda estrangeira		2.488	-	41.413	-
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	(1.081)	-	(39.417)	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Tokyo	parte relacionada	(1.407)	-	(1.996)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.527.610	189.966	4.920.773	296.618
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	parte relacionada	(1.185.949)	(77.755)	(2.440.625)	(157.111)
Banco BGN S.A.	parte relacionada	(2.341.661)	(112.211)	(2.480.148)	(139.507)
Arrendamento mercantil		375.485	24.647	417.378	25.904
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	(375.485)	(24.647)	(417.378)	(25.904)
Serviços Prestados a Receber		3.544	1.014	5.433	1.268
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	(3.544)	(1.014)	(5.433)	(1.268)
Devedores diversos - exterior		6.152	2.475	50.088	2.266
BNP Paribas S.A. - Nova York	parte relacionada	(3.779)	(1.626)	(4.876)	(4.176)
BNP Paribas S.A. - Colômbia	parte relacionada	(1.650)	(550)	(550)	(550)
BNP Paribas S.A. - Singapura	parte relacionada	(723)	(282)	-	-
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	-	(17)	(44.682)	6.992
Depósitos à vista		(3.122)	-	(1.114)	-
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	2.916	-	570	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	parte relacionada	146	-	78	-
Cetelem América Ltda.	parte relacionada	11	-	11	-
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	10	-	3	-
Cetelem Latin America Holding	parte relacionada	4	-	8	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	15	-	437	-
Petits Champs Participações e Serviços	parte relacionada	20	-	7	-
Depósitos a Prazo		(62.664)	(2.721)	(49.183)	(2.592)
Cetelem Latin America Holding	parte relacionada	-	-	180	8
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	47.000	1.978	34.137	1.549
Petits Champs Participações e Serviços	parte relacionada	15.664	743	14.866	1.035
Depósitos Interfinanceiros		(60.012)	(4.399)	(188.174)	(6.217)
Banco BGN S.A.	parte relacionada	60.012	4.399	188.174	6.217
Obrigações por operações compromissadas		(26.314)	(722)	(14.601)	(504)
Banco BGN S.A.	parte relacionada	26.314	722	14.601	504
Obrigações por empréstimos e repasses		(818.534)	(169.659)	(1.084.861)	(94.236)
BNP Paribas S.A. (Paris, Nova York e Suisse)	parte relacionada	818.534	169.659	1.084.861	94.236
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas		(2.344)	-	(2.462)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	2.344	-	2.462	-
Outras obrigações - Dívida subordinada		(284.269)	(29.056)	(259.298)	(24.753)
BNP Paribas S.A. (Paris)	controladora	284.269	29.056	259.298	24.753

20. RISCO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S/A mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco. A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil. De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta por um Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) e um Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) cujas políticas e procedimentos buscam sempre observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do conglomerado financeiro e possíveis impactos associados às demais empresas consolidado econômico-financeiro de forma compatível com a natureza das nossas operações, a complexidade dos produtos e serviços ofertados aos nossos clientes, bem como a dimensão de nossa exposição a riscos. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

24. RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável, bem como estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez. Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez do Banco visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento do Banco BNP Paribas Brasil S.A., manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superavaliação (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2). Essas

práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de agosto de 2013

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Primeiro Semestre de 2013

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentaram Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2013, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNPP BR). O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por quatro membros, dos quais três diretores estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Risco Operacional e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria. Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de controles internos da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o primeiro semestre de 2013.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se três vezes (reuniões 62 a 64) durante o primeiro semestre de 2013. Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o semestre aqui tratado problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade ou a continuidade de suas atividades, tampouco a ocorrência de fraudes de qualquer natureza. Também merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades. Durante o primeiro semestre de 2013 as informações contábeis trimestrais foram avaliadas pelos membros do Comitê, que as julgaram corretas e confiáveis.

Ouvidoria

O nível de reclamações apresentado à Ouvidoria continua muito baixo. A exemplo do que vem ocorrendo ano após ano, a instituição, através dos órgãos internos competentes, tem mostrado grande habilidade na solução rápida e eficiente dos problemas apresentados pela clientela, fornecedores e terceiros em geral. Esse baixo nível de reclamações comprova também que as operações da Instituição com os seus clientes são realizadas com elevado padrão de qualidade e de conhecimento em relação aos e riscos envolvidos nessas mesmas operações.

Foram apresentados regularmente ao Comitê relatórios das atividades da Ouvidoria no primeiro semestre de 2013 que constatou que das 11 reclamações registradas pela Ouvidoria, efetivamente, apenas três delas se referiam a clientes da Instituição e que foram prontamente resolvidas, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente.

Esse alto nível de excelência no atendimento das questões apresentadas hodiernamente também pode ser comprovada pela existência no encerramento do semestre de apenas uma única ação movida contra a Sociedade por investidor, envolvendo valor efetivamente ínfimo.

Durante o semestre aqui tratado foram recebidas 12 reclamações de clientes via Sistema de Reclamações do Banco Central do Brasil. Entretanto, nenhuma dessas reclamações se referia efetivamente a clientes da Instituição.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovado pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se inferir que os sistemas e procedimentos de controle da Instituição foram regularmente avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado ainda que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrasse o semestre sem nenhuma recomendação considerada de alto risco, segundo os critérios de classificação adotados pela Auditoria Interna da Instituição.

Vale notar que a estrutura de controles internos do Banco BNP Paribas no Brasil é estabelecida dentro de um framework que estabeleceu uma clara definição de responsabilidades, com todos processos devidamente suportados por manuais de procedimentos, uma objetiva segregação de funções, onde quem efetua a transação não a registra, não a controla e nem a liquida, associada a uma separação física e lógica das várias áreas envolvidas, o que evita conflitos de interesses, e possibilitando, um efetivo e eficiente processo de supervisão.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade todas as explicações solicitadas acerca das demonstrações financeiras trimestrais e do semestre, de acordo com as normas contábeis brasileiras, tendo o Comitê concluído que, as demonstrações financeiras apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações financeiras anteriores, permitindo-lhe concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2013.

O nível de provisão para contingências judiciais vem se mostrando satisfatório. Os processos tributários mais relevantes estão inclusive amparados por depósitos judiciais, exceção feita aos casos em que a possibilidade de perda foi considerada remota pela Sociedade. E de apenas onze o número de reclamações trabalhistas em andamento no encerramento do semestre contra a Sociedade movidas por ex-empregados e cujos valores não são significativos.

Não há processos judiciais ou administrativos movidos contra qualquer diretor da Sociedade e há apenas um processo de recuperação de crédito, cuja perda encontra-se corretamente tratada pela contabilidade da Sociedade.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante o primeiro semestre de 2013, a exemplo do que ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudessem por em risco a qualidade das respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva.

Relativamente à efetividade de seus trabalhos vis a vis a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que faz parte integrante de seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções adequadamente. Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são concluídos com base em extensos relatórios encaminhados também aos membros do Comitê. A apresentação feita pela responsável da Auditoria evidenciou a profundidade dos trabalhos desenvolvidos durante o primeiro semestre de 2013 e a procedência das recomendações formuladas, cujo atendimento é regularmente acompanhado pela área de Controles Internos da Instituição e pelo Comitê de Auditoria. O Comitê concluiu, também, que a Auditoria Interna possui total independência para a sua atuação, não possuindo nenhum tipo de restrição para exercer as suas atividades.

Auditoria Externa

A Pricewaterhouse&Coopers, através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, apresentou relatório de suas atividades referente às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2013 evidenciando adequada integração com as diversas áreas da Sociedade e conhecimento acerca de suas respectivas atividades. Confirmou aos membros ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos e que nenhum óbice ao desempenho de suas atividades foi encontrado e que todas as informações solicitadas foram sempre recebidas nos prazos ajustados. No âmbito dos controles internos, a PWC afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Atestou que a circularização de correspondências a advogados e outros profissionais apresentou bom resultado. Esclareceu, ainda, que em seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2013; (i) não tiveram nenhuma divergência de opinião com a Administração da Sociedade em relação às demonstrações financeiras da Sociedade, (ii) que não identificaram situações que limitassem o desempenho de suas atividades, (iii) que não tinham conhecimento de nenhuma questão relativa à auditoria ou contabilidade, formulada pela Administração a outras empresas de auditoria.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também avalia o cumprimento pela Sociedade de dispositivos legais e normativos aplicáveis às suas demonstrações financeiras e que predominou uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo ao Comitê concluir que a Auditoria Independente desempenhou suas funções de forma independente e satisfatória.

Conclusão

Assim, (i) a partir das considerações feitas pelas áreas entrevistadas, (ii) da auditoria Interna que não formulou nenhuma recomendação que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade, (iii) da empresa de auditoria independente que emitiu relatório sem ressalvas, exceto com relação a forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil no Brasil, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras semestrais da Sociedade apresentam informações consistentes, apuradas de acordo com práticas contábeis regularmente aceitas no Brasil, pelo que recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade, encerradas em 30 de junho de 2013 e que será objeto de publicação na forma da lei.

São Paulo, 20 de agosto de 2013.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria



BNP PARIBAS BRASIL
Mais do que acompanhar os passos de um mundo em mudança, o BNP Paribas é agente desta mudança

O Banco BNP Paribas Brasil exerce sua responsabilidade social através do apoio à instituições via FUMCAD* viabilizando assim, ajuda a milhares de crianças e adolescentes de todo o país. É também um incentivador da cultura, através da Fundação Cultural BNP Paribas Brasil que apoia via Lei Rouanet as mais diversas manifestações culturais como exposições, livros e concertos.

Este é o papel de uma instituição responsável em um país em profunda transformação.



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br

Sobre o BNP Paribas: O BNP Paribas (www.bnpparibas.com.br) é um dos 10 bancos mais sólidos do mundo de acordo com a Standard & Poor's. Presente em mais de 80 países com mais de 200.000 colaboradores, o BNP Paribas é um líder europeu em serviços financeiros. No Brasil atua nas áreas de Corporate and Investment Banking, Asset Management, Wealth Management e Securities Services. Seu rating brAAA foi reafirmado pela Standard & Poor's em Dezembro de 2012.

*Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. | Ouvidoria: 0800-7715999 | Telefone: 11 3841-3100